

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Reforma tributária

Com uma série de pontos polêmicos, a proposta da reforma tributária deverá ir para votação em Plenário na Câmara a partir desta semana. Essa é a meta do presidente Arthur Lira (PP-AL), “e quando ele quer, acontece”, avalia o deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto).



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

### Jogos de azar e carros elétricos

No relatório final do grupo de trabalho sobre a regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24), apresentado na quinta-feira, foram incluídos os jogos de azar em geral na sobretaxa que será feita pelo novo Imposto Seletivo. Mas o grupo resolveu manter a cesta básica de alimentos com os 15 produtos sugeridos no projeto enviado pelo Executivo.

### Fantasy games

A inclusão dos jogos de azar será ampla, para ambientes virtuais ou não, e também foram incluídos os chamados “fantasy games”, que são disputas em ambiente virtual a partir do desempenho de atletas reais.

### Carne na cesta básica

O presidente Lula insiste em incluir carne na cesta básica. Este é um ponto também de resistência dos parlamentares. O presidente Arthur Lira enfatiza que “proteína animal nunca fez parte dos itens e que acrescentá-la pode provocar um aumento do imposto sobre consumo”.

### Tributos sobre o consumo

Composta por itens como feijão e arroz, a cesta terá isenção dos novos tributos sobre o consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado por estados e municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será federal.

### Produtos prejudiciais à saúde

Já em relação ao Imposto Seletivo, que tem a função de sobretaxar produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, já haviam sido incluídos carros, embarcações e aeronaves, cigarros, bebidas açucaradas, bebidas alcólicas e minerais extraídos.

### Vinho alimento

A inclusão do imposto do vinho, um desafio dos produtores de vinho de todo o País, com o objetivo de redução de 60%, enfrenta resistência do grupo de trabalho. O presidente da Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional da Uva, Vinhos, Espumantes, Sucos e Derivados, Afonso Hamm, que tem liderado esta batalha na Câmara dos Deputados, juntamente com o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP), no Senado, disse ao **Repórter Brasília** “que a proposta enfrenta muita resistência do grupo de parlamentares que trata do Sistema Tributário Nacional”.

### Mudança num segundo momento

Afonso Hamm afirmou: “nós temos a Frente Parlamentar com muitos votos, e lá na frente, com o apoio da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), as coisas podem se modificar”.

### Nanoempreendedorismo e cashback

A deputada federal gaúcha Any Ortiz (Cidadania) aborda dois pontos que acha que sejam fundamentais: “os nanoempreendedores, hoje, no País, com mais de 5 milhões nisso que nós chamamos de nanoempreendedorismo, a maioria são mulheres, essas pessoas precisam vir para a formalidade, considerando que o imposto seja zero. Segundo ponto é o “cashback”, ou a devolução de imposto para famílias de baixa renda. Mas aguardamos o relatório definitivo para nos posicionar”, afirma Any Ortiz. Ela cobra um tempo maior para que os deputados possam verificar detalhadamente as mudanças feitas no relatório final para que as votações não sejam feitas no atropelo.

# Costella aponta 30 obras

## Entrevista Especial

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

“Na pandemia, perdemos algo que não se recupera, que foram muitas vidas. Mas não tivemos o empreendedorismo afetado, a não ser pelo fechamento. O empresário fechou a empresa, muita gente trabalhou em home-office. Agora, o empresário perdeu a empresa. Nós perdemos a agricultura, perdemos estrada, perdemos as casas”, analisa o secretário de Logística e Transportes, Juvir Costella, ao concluir que as enchentes históricas de maio resultam em uma tragédia economicamente pior do que a da Covid-19 para o Rio Grande do Sul.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Costella relata os principais pontos afetados pelas cheias dos rios: são 30 locais prioritários localizados pelo governo do Estado, entre pontes e rodovias. Mas, para o secretário, o principal gargalo logístico segue sendo a paralisação do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

**Jornal do Comércio - Quanto tempo pode levar para que o Rio Grande do Sul tenha a recuperação total das suas principais pontes e estradas após essa catástrofe que atingiu o Estado?**

**Juvir Costella** - Hoje, não há como estipular prazo para a recuperação total das rodovias. Tivemos 403 pontos atingidos no Estado. Não há como ter uma data, mas sim uma estimativa. Nós já iniciamos a recuperação das rodovias, das pontes, mas não dá para falar que em seis meses, um ano, estaremos com todas as rodovias recuperadas. Este prazo é para que tenhamos, como temos hoje, as rodovias em fase de recuperação, de contratação, de restabelecimento. Hoje, não temos nenhuma rodovia estadual interdita, a não ser onde houve quedas de pontes, que foram 10. Mas todas necessitam de investimentos de recuperação.

**JC - Há muitas rodovias e pontes localizadas próximas a rios. Com a emergência climática do planeta, a tendência é que mais eventos naturais adversos passem a ocorrer. A reconstrução será feita com uma**

**estrutura mais robusta, preparada para eventos extremos?**

**Costella** - Nós tivemos em 1941 uma inundação que foi menor do que a que tivemos em 2024, que nós chamamos agora de caos. Adotamos a resiliência. Por exemplo, a primeira ponte que o Estado já iniciou a reconstrução, que é na RS-129 e na RS-130, que liga Arroio do Meio a Lajeado, é uma ponte de 150 metros. Temos lá a vazão que foi identificada. A ponte foi levada exatamente pela dimensão, pelo nível que teve de elevação, que atingiu a ponte. A nova ponte será reconstruída exatamente em cima do que a gente chama de resiliência climática. Ou seja, vai ter uma elevação de 5 metros prevendo... não há como dizer que no ano que vem, daqui a dois, cinco anos, não possa acontecer um evento de menor ou de maior proporção. Onde fomos muito afetados, vamos adotar a resiliência. Ou seja, não basta recuperar a rodovia, é fazer e já ir prevendo como evitar que a ponte seja levada. Elevando a ponte, criando uma estrutura física maior. Os projetos estão sendo contratados em cima de uma resiliência climática.

**JC - A secretaria tem monitorado pontos da logística do Estado que estão mais afetados? Quais são os principais gargalos logísticos nas rodovias gaúchas?**

**Costella** - O Estado elencou 30 obras que são consideradas prioritárias e, entre estas, as pontes. A ponte não liga apenas cidades, ela liga regiões. É escoamento de produção. E cada região ela tem seu case. Não que não tenha todos os setores, mas ela vai ser mais produtora na avicultura, suinocultura, grãos, metalmeccânico, enfim. Nós temos rodovias que

foram totalmente danificadas. Na RS-130, em Cruzeiro, na beira do Rio Taquari, a água passou por cima da rodovia. Ali é um exemplo que vai ser deslocado o trajeto justamente por estar na beira do rio. Certamente uma elevação razoável do rio afetaria. Por isso a resiliência em muitas obras. São 30 pontos que são prioritários pois ligam regiões. Além disso, tivemos erosão de bueiros, tivemos deslizamentos em rodovias que consideramos essenciais. Essas rodovias, por edital eletrônico, terão contratação e início de obra ainda este ano, em 2024. São 10 pontes e no mínimo 20 rodovias que terão investimentos de contratações específicas para serem recuperadas.

**JC - Para começar as obras ainda em 2024? Não é pouco? Não há forma de acelerar mais os processos de reconstrução? Estamos iniciando uma nova safra de grãos e essa produção precisará ser escoada.**

**Costella** - Todas as rodovias do Estado estão tendo investimento. Todas. Para recuperação, uma rodovia não pavimentada, por exemplo, vai ter encascalhamento, vai ter patrolamento, não esqueçamos que faz 60 dias e que choveu em 45. Precisamos de um período não chuvoso. Nos dias que não choveu, praticamente uma semana, aproveitamos para tapar buraco, conservação etc. Nós já estamos em obras. Não há uma rodovia no estado do Rio Grande do Sul que já não tem programação de investimento. Agora, temos que diferenciar o investimento pesado do investimento emergencial. Tem rodovia que não adianta tapar buraco, tem que ter investimento de recuperação de solo, de novamente fazer a fresagem,



“São 10 pontes e 20 rodovias que terão contratações específicas para serem recuperadas”